

**AS FINANÇAS PESSOAIS DOS PROFESSORES DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE CAMPO FORMOSO-BA: Um estudo na Escola José de Anchieta.**

**PERSONAL FINANCE TEACHER EDUCATION NETWORK OF MUNICIPAL OF CAMPO FORMOSO-BA: A study in Jose de Anchieta School.**

**Romilson do Carmo Moreira**

Mestre em Desenvolvimento Regional e Urbano (UNIFACS)  
Professor da Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas de Petrolina (FACAPE)  
Endereço: Av. Vila Eduardo, s/n – Cidade Universitária.  
CEP: 56.302-000 – Petrolina/PE – Brasil  
Email: romilson-moreira@bol.com.br

**Henrique Levi Freitas Sena de Carvalho**

Graduado em Matemática (UNEB)  
Email: henriquelevi@hotmail.com.br

**RESUMO**

Diante de uma economia desestabilizada e com altos índices de inflação o brasileiro adquiriu hábitos imediatistas e consumistas. Fruto de uma a rápida valorização da moeda no período que antecedeu o plano real, cada vez mais, as pessoas estão comprometendo significativas partes dos seus recursos e adquirindo crédito, constituindo um cenário de endividamento e inadimplência. Este trabalho vislumbra conhecer o perfil das finanças pessoais dos professores da Rede Municipal de Ensino de Campo Formoso-BA, partindo das seguintes hipóteses: os professores não praticam educação financeira; utilizam créditos de forma indiscriminada, sem controle e estão em um grau significativo de endividamento. Para obter dados referentes ao estudo, aplicou-se um questionário aos professores da Escola José de Anchieta. Os resultados da pesquisa apontam um crescente endividamento e descontrole das finanças pessoais dos professores pesquisados. A construção de políticas educacionais estimulam a educação financeira e o consumo consciente.

**Palavras-chave: Consumismo. Finanças Pessoais. Educação.**

**ABSTRACT**

Facing a destabilized economy and high inflation Brazilians acquired immediacy and consumerist habits. The result of a rapid currency appreciation in the period before the real plan, increasingly, people are committing significant parts of their resources and acquired credit, constituting a scenario of debt and default. This work presents the profile of the personal finance teachers of municipal schools of Campo Formoso, Bahia, starting with the following assumptions: teachers not practice financial education; credits used indiscriminately, without control and are in a significant degree of indebtedness . To obtain data for the study, a questionnaire applied to teachers from José de Anchieta School. The survey results indicate a growing indebtedness and lack of personal finance teachers surveyed. The construction of educational policies encourage financial education and consumer awareness.

**Keywords: Consumerism. Personal Finance. Education.**

## 1. INTRODUÇÃO

A conjuntura econômica brasileira atual nasce com a implantação do plano real. A estabilidade financeira trouxe consigo a expansão do crédito e possibilitou o surgimento de políticas de transferência de renda, que por sua vez impulsionou a ampliação do mercado consumidor. Dos tempos de instabilidade, o brasileiro herdou o comportamento consumista em virtude dos desequilíbrios causados pelos altos índices de inflação. Essa cultura foi fortalecida pela democratização do crédito e a abertura comercial que expandiu a oferta de bens de consumo no mercado nacional; não demorou a surgir os efeitos colaterais: endividamento, inadimplência e desequilíbrio nas finanças pessoais. (DOURADO JUNIOR, 2012).

Relevante destacar, neste contexto, o papel do controle inflacionário combinado com a moeda estável e abertura econômica, elementos que, culminaram com novos produtos, chegando ao mercado nacional, o consumo aumentou significativamente. Segundo Leitão (2011, p.433), “ao final dos primeiros quatro anos do real, o consumo tinha crescido 50%”. As pessoas passaram a comprar cada vez mais (bens de consumo ou serviços) o que acarretou na necessidade de aumento da disponibilidade de recursos na economia, conseqüentemente, aumento do consumo.

A expansão do crédito assegurou os altos níveis de consumo, porém o endividamento das famílias cresceu em níveis superiores ao aumento da massa salarial. A Pesquisa Nacional de Endividamento e Inadimplência do Consumidor (PEIC) realizada em janeiro (2012) mostrou que 58,8% das famílias brasileiras estão endividadas, desse percentual 6,9% admitem não terem condições de quitar suas dívidas.

A facilidade de obtenção de crédito, aliada ao difícil acesso às informações financeiras e as estratégias do marketing apelativo têm levado muitos consumidores à inadimplência, comprometendo entre outros aspectos, a renda e a produtividade dos indivíduos. Nesse contexto é necessário conscientizar as famílias para desenvolver novos hábitos de gestão dos recursos, entretanto, tal discussão ainda está distante do contexto familiar. Nas escolas o tema aparece de maneira tímida, haja vista que os próprios professores têm dificuldade de controlar suas finanças. Cada vez mais temos descontrole das finanças, inadimplência e endividamento. (PEIC, 2012).

Dentro do contexto atual de fluxo crescente de transferência de renda com o crédito chegando às classes menos favorecidos, torna-se necessária à construção de políticas educacionais relacionadas às finanças pessoais que proporcione aos cidadãos um planejamento consciente dos seus recursos. Embora o estudo das finanças pessoais tenha sido bastante evidenciado nos últimos anos, o tema ainda está bem distante do cotidiano dos brasileiros. Fato que pode ser comprovado, sobretudo, quando analisamos os resultados das pesquisas sobre endividamento e gestão do crédito. (DOURADO JUNIOR, 2012).

A ausência de instrução sobre finanças pessoais leva alguns indivíduos a tomarem decisões que impactam negativamente em sua vida, gastam mais do que ganham, não realizam planejamento orçamentário dos gastos, não poupam e acabam comprometendo grande parte da renda familiar com o pagamento de dívidas. A educação financeira é importante, pois além de proporcionar uma melhor gestão dos recursos, permite ao cidadão fazer escolhas que lhe proporcione maior qualidade de vida.

A formação de uma consciência financeira decorrente da adoção de políticas educacionais orienta o indivíduo a visualizar formas de captação de recursos, planejar

gastos e quanto pode poupar. Tais decisões são importantes na organização familiar e também no desenvolvimento econômico e social do país; porém é preciso criar espaços que estimulem a discussão sobre o tema.

Nesse contexto surge à relevância do estudo das finanças pessoais que pode ser definido como o estudo do comportamento dos valores monetários manuseados pelas pessoas; é a partir deste estudo que nasce o planejamento financeiro, instrumento imprescindível para o estabelecimento de uma vida financeira saudável.

O estudo das finanças pessoais no contexto escolar justifica-se, porque a escola possui um grande potencial ideológico e representa um ambiente propício para os ensinamentos sobre finanças pessoais e educação financeira. Diante do exposto e da necessidade de ampliar o debate no ambiente escolar, sobre finanças pessoais surge a seguinte pergunta: Qual o perfil das finanças pessoais dos professores da Escola José de Anchieta na Rede Municipal de Ensino do Município de Campo Formoso – Bahia?

## **2. A EXPANSÃO DO CRÉDITO NO CONTEXTO DA ECONOMIA BRASILEIRA.**

Como mecanismo responsável por resolver a escassez momentânea de recursos financeiros o crédito está presente na economia sendo considerado um alicerce fundamental sobre o qual todas as relações comerciais são construídas. Essa operação de confiabilidade tem seus parâmetros estabelecidos em políticas de crédito.

No contexto de estabilidade econômica e previsibilidade nos fundamentos macroeconômicos, novas demandas de créditos e novos agentes estabeleceram-se no mercado, impulsionando a oferta de crédito com amplas possibilidades de acesso e quase sempre com reduzida burocracia. Políticas creditícias se expandiram no estágio recente da economia brasileira, viabilizando a inserção de classes que antes, historicamente, eram excluídas do consumo.

Silva (1988, p.40) define tais políticas como “um guia para a decisão de crédito que rege e orienta a concessão para o objetivo desejado”. Na visão de Leoni (1997, p. 110), “as políticas de crédito são instrumentos que medem o desempenho global de determinada empresa/grupo, sendo conclusiva para a tomada de decisão final”. A disponibilidade de crédito e sua conseqüente captação representa um balizador necessário que orienta a dinâmica do mercado e contribui com a demanda consumista

Na política de crédito o credor define todos os elementos relevantes à concessão de seus ativos, cria mecanismos para cobrança dos inadimplentes e o credor adota estratégias de monitoramento e acompanhamento de seus clientes, essas ações salvaguardam a liquidez das operações creditícias, evitando que as empresas sejam surpreendidas por irregularidades nas finanças dos credores e por mudanças no cenário econômico. Para os clientes as políticas estabelecidas são relevantes, pois asseguram a garantia da oferta de crédito e protegem essas pessoas de eventuais abusos praticados por instituições financeiras.

Os parâmetros que determinam a concessão de ativos devem estar em conformidade com o contexto mercadológico, organizacional e financeiro do credor, bem como atender as necessidades do cliente. As normas de negociação são definidas pela instituição cedente, porém é de competência do Conselho Monetário Nacional (CMN) “disciplinar o crédito em todas as suas modalidades e as operações creditícias em todas as suas formas, inclusive aceites, avais e prestações de quaisquer garantias por parte das instituições financeiras” (Lei 4595/64, Art. 4º, inciso VI).

Neste contexto, com a consolidação do Plano Real e consequente, estabilidade econômica, dois fatores imediatos provocaram uma demanda por crédito: o sistema bancário necessitava de receitas para compensar as perdas geradas pela queda da inflação e a população buscava recursos para saciar o desejo de consumir novos produtos. Apesar de haver uma demanda significativa por empréstimos, a economia não estava preparada para um aumento de demanda dessa magnitude e, ao mesmo tempo, manter o controle do ciclo de baixo índice de inflação, diante de tantos percalços enfrentados o país esperou quase uma década e após a estabilização iniciar em 2003 um novo ciclo de crescimento do crédito.

A expansão do crédito à pessoas física, por significar adiantamento de gastos, vem se constituindo um dos maiores elementos do consumo. Segundo estudo do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), este é o mais longo ciclo expansionista de crédito dos últimos dez anos. Apesar dos elevados juros embutidos nas prestações, a clara melhoria do cenário externo da economia brasileira, associada à manutenção da inflação em níveis reduzidos, vem permitindo a oferta com prazos dilatados, de financiamentos às famílias, incorporando fatias crescentes da população ao mundo do crédito formal. (DUPAS, 2007, p.144)

Para mensurar a quantidade de crédito disponibilizada no mercado, o Banco Central do Brasil (BCB) faz uma comparação com o Produto Interno Bruto (PIB), índice que quantifica em valores monetários todos os bens e serviços finais produzidos no país. Nos anos pós Real o crédito saltou de pouco mais de R\$ 400 bilhões, em janeiro de 2004 (24,3% do PIB), para mais de R\$ 2,2 trilhões, em setembro de 2012 (51,5% do PIB). Como o crédito se caracteriza por ser um grande impulsionador do crescimento, o aumento do volume aquece a demanda no mercado interno e, assim, atua diretamente – e de forma positiva – no desempenho do PIB.

Outro indicador pertinente no debate da expansão do crédito/consumo é a participação e crescimento da classe média. Segundo definição do Instituto Brasileiro Geografia e Estatística IBGE (2011) A classe média hoje no país é estratificada pelas classes B e C, sendo que nessa composição 33,2% são da classe C e somente 11,8% da classe B. O rendimento mensal que enquadra uma família nessa enorme faixa segmentar vai de 3 a 10 salários mínimos. Em 2003 a classe média representava 37,6% da total da população, passando para 55% em 2011. Aproximadamente 30 milhões de pessoas migraram para a classe C, que hoje comporta um número quase que metade da população brasileira, delimitando quase 47% com potencial de compra, consumo e acesso a crédito.

Os dados apresentam a evolução das operações creditícias e da inserção de mais consumidores, e assim demonstra grande transformação no contexto de vida do brasileiro, constata-se que a alta disponibilidade de crédito alterou os hábitos de consumo das famílias e permite a aquisição de produtos que outrora eram vistos como supérfluos ou custavam além do que o consumidor poderia pagar no ato da compra. Em se tratando de aspectos macroeconômicos, a expansão do crédito funciona como instrumento propulsor do crescimento e aquece o consumo interno, gera demanda por produção fazendo com que as empresas criem novos postos de trabalho com crescimento de renda da população.

Visando acompanhar a demanda desse novo ciclo da economia, as instituições financeiras expandiram seus serviços e criaram opções de empréstimos destinadas a atender um público bastante diversificado. “As diferentes modalidades de produtos financeiros existentes apresentam condições de prazo, amortização e taxas de juros em

função das garantias oferecidas pelo tomador do empréstimo.” (Rocha; Vergili, 2007, p.61).

### 3. CRÉDITO, DINHEIRO E SUAS DIVERSAS MODALIDADES.

O crédito como instrumento balizador do consumo exige modernidade e confiabilidade, entretanto, “há relatos quanto ao seu surgimento nos idos da década de 1920, quando empresas americanas disponibilizaram cartões nas operações de demanda aos seus clientes preferenciais que permitiria pagar, em data futura, os bens e serviços adquiridos”. (Nunes, 2000, p.16).

Com alguns incrementos a essa união entre fidelidade e confiança, o crédito e suas diversas modalidades chegaram ao mercado brasileiro por volta de 1960, porém sua popularidade é recente e se deu devido à estabilidade econômica iniciada no período pós-real, marca de uma economia estabilizada. De acordo com uma pesquisa realizada em março de 2012 pela Associação Brasileira das Empresas de Cartões de Crédito e Serviços (ABECS) a quantidade de cartões de crédito e débito em circulação ultrapassa a marca de 700 milhões de unidades.

A definição de Rocha e Vergili (2007, p.61) aborda elementos que contribuíram para a expansão desse elemento econômico:

Os Cartões de Crédito podem ser adquiridos por meio de bancos ou diretamente, com as instituições de crédito. É uma forma de pagamento que dá ao cliente a oportunidade de comprar um produto ou serviço sem que tenha dinheiro disponível no momento. Funciona como um empréstimo de curto prazo. O cliente escolhe o dia do mês mais interessante para o pagamento da fatura (conta).

As características apresentadas pelo autor mostram que esse meio de pagamento funciona através de uma metodologia que engloba acesso fácil e imediato; principalmente, em uma sociedade com histórico de grande dificuldade de acesso ao crédito e burocracia é de se esperar que tais fatores impulsionem a demanda por este produto. Sobretudo, nos segmentos de classes de baixa renda, o acesso a essa modalidade de crédito estimulou o consumo, elevando, significativamente a demanda por produtos sofisticados.

Matesco e Schenini (2009, p.80) acrescentam que "os Cartões de Créditos funcionam como 'dinheiro de plástico', pois possuem boa aceitação, liquidez e praticidade", mas por esses serviços o cliente terá que pagar uma taxa de anuidade e se caso atrasar o pagamento da fatura assumirá o compromisso de quitar o saldo devedor acrescido de altas taxas de juros.

As taxas cobradas e os juros diários, por motivo de atraso, tornam o cartão de crédito um dos vilões do orçamento doméstico, produzindo endividamento e desequilíbrio das finanças públicas. O crédito, como instrumento de acesso ao consumo das classes de baixo poder aquisitivo, representa um componente de política creditícia relevante. Entretanto, a utilização de políticas públicas deve acompanhar a expansão do crédito, viabilizando uma política pública de cunho educativo.

De acordo com dados do BCB (2011), uma das causas do endividamento e descontrole das finanças pessoais estão atreladas à democratização e facilidade ao crédito. Alguns números comprovam que durante o ano de 2005, grande parte das famílias estava com um grau de endividamento de aproximadamente 18,4% da renda. No ano de 2011, o grau de endividamento alcançou aproximadamente 44,3% da renda; da mesma forma, o comprometimento da renda das famílias com o pagamento de

amortização e juros das dívidas também aumentou, passando de 15,5%, em janeiro de 2005, para 21,9% em maio de 2012. Esses dados alertam para a combinação contraditória que é a expansão do crédito, inserção de novas classes no mercado e tudo que modelo consumista é capaz de produzir.

No tocante ao modelo de expansão creditício produzido pelo Sistema Financeiro Brasileiro, uma modalidade, vem ganhando destaque é o Crédito Consignado. Sobretudo para os funcionários públicos nas mais diversas esferas. Principal mecanismo de democratização do crédito no Brasil, dados do BCB revelam que “os saldos das operações de crédito consignado totalizaram R\$139,7 bilhões, em janeiro de 2011, registrando, na ordem, aumentos reais 760% em relação a janeiro de 2004” (BCB, 2011 p.94).

Esse tipo de modalidade de crédito é destinado a empregados do setor formal, aposentados e pensionistas que possuem rendimento em folha de pagamento, tal restrição quanto ao público alvo “reduz o risco, garantindo uma ligação entre os ganhos do devedor e as prestações do assumidas, tratando de fato sobre os ganhos do setor formal como garantia para empréstimos” (Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico, 2006 p.191).

O crédito consignado em folha de pagamento surgiu no mercado com respaldo legal registrado na Medida Provisória 130, de 17 de setembro de 2003 que dois meses depois se transformou na Lei 10.820, que “dispõe sobre a autorização para desconto de prestações em folha de pagamento, e dá outras providências”. (BRASIL, 2003).

O desenvolvimento dessa modalidade de crédito, anteriormente restrita a algumas instituições financeiras e à clientela foi viabilizada pela Lei 10.820, de 17.12.2003. Essa medida estabeleceu arcabouço jurídico para amparar a realização dessas operações, estendendo seu alcance aos trabalhadores registrados pela Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT), assim como aos aposentados e pensionistas do Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS). (Banco Central, 2005, p.47).

Cabe ainda mencionar que:

Nesta modalidade, o servidor obtém empréstimos de instituições financeiras ou cooperativas de crédito, a taxas de juros menores que do mercado, não necessitando de apresentação de fiador, desde que, ao assinar o contrato, autorize expressamente o desconto em folha das parcelas relativas à amortização do empréstimo. (Moreira, 2005, p.191)

Maia (2005, p.1) corrobora que “o grande diferencial amplamente reconhecido, recai sobre a significativa melhora na qualidade e na liquidez da garantia oferecida, fato que acabou por provocar uma larga redução das taxas de juros incidentes em operações da espécie”. A atratividade das políticas de crédito consignado viabiliza uma forte procura por este tipo de empréstimo, porém, Borrone e Sand (2008, p.1258 ) pontuam que:

O problema mais comum decorrente desse tipo de empréstimo é o mau uso dos recursos, considerando-se a possibilidade de elevado endividamento pelas pessoas de baixa renda. Com o objetivo de minimizar esse problema, o governo federal estabeleceu como limite máximo de endividamento 30% do valor do salário, da aposentadoria ou pensão com prazos máximos para quitação de até 72 meses.

Ao surgir a necessidade de recorrer a este tipo de empréstimo o cliente deve buscar informações sobre a instituição consignatária para evitar a possibilidade de

fraudes ou abusos, nessa situação o credor tem a obrigação de garantir que o contrato realizado não irá ultrapassar a margem de endividamento prevista em lei, desta forma toda instituição financeira deve analisar se o futuro mutuário terá condições legais de assumir esse compromisso na modalidade de consignação.

#### **4. CONSUMISMO, ALIENAÇÃO, ENDIVIDAMENTO E INADIMPLÊNCIA.**

Na língua portuguesa palavra que designa o ato de consumir é associada à ideia de destruição da matéria ou carrega consigo a significância de desgaste de energia. Em se tratando de produção de mercadoria o consumo encerra este processo desta forma, tal ato justifica a existência das cadeias produtivas, conforme sinaliza Marx (2002 p. 113):

O consumo motiva a produção e cria também o objeto que, ao atuar sobre ela, vai determinar a sua finalidade. Verdade que a produção fornece, no seu aspecto manifesto, o objeto do consumo; mas também é evidente que o consumo fornece, na sua forma ideal, o objeto da produção; este surge na forma de imagem interior, de necessidade, de impulso e finalidade. O consumo cria os objetos da produção, mas sob uma forma ainda subjetiva. Sem necessidade não há produção; ora, o consumo reproduz as necessidades.

O caráter indissociável entre produção e consumo pousa sobre um cenário onde os níveis de atividade produtiva serão estabelecidos de acordo com a capacidade do mercado em absolver os bens e serviços criados. Tratando o ato de produzir como a força vital que impulsiona o desenvolvimento do capitalismo, nota-se que neste sistema econômico é interessante incentivar o consumo, haja vista que esta ação acarretará em uma maior demanda por produção, todavia o modelo descrito não funciona se a mercadoria produzida não agregar valor de uso, “ela tem de ser capaz de satisfazer uma necessidade qualquer em um tempo qualquer. Tem de ter valor de uso. Quer a necessidade seja do estômago ou da fantasia.” (MARX, 2002).

A dinâmica do capitalismo cria mecanismos para alavancar o rol de necessidades, insurgindo em uma demanda de desejos insaciáveis. Logo se percebe que a produção para o consumo não vislumbra saciar as vontades dos indivíduos, mas sim fomentar a prevalência do sistema capitalista. Sendo assim:

Educam as massas na cultura do consumo, criando nelas o desejo de melhores coisas, mesmo quando elas não queriam ou não podiam mais comprar. Para tal, a necessidade de se criarem mecanismos extraeconômicos fez-se urgente, surgindo assim a "indústria do Desejo Abstrato": uma unidade de produção preocupada em mexer com elementos guardados no psiquismo dos indivíduos, acomodados desde a remota infância, cheia de recordações afetivamente carregadas, para, a partir disso, desencadear nos consumidores desejos inconscientes e imperiosos. (MARCONDES, 1991 apud a SEVERIANO, 2001, p71).

Dentre os mecanismos desenvolvidos para sustentar o modelo em questão está o Marketing, termo originado da palavra inglesa ‘market’ (mercado), é apresentado na linguagem do mercado como um “processo de planejamento e execução da concepção, definição de preços, promoções e distribuição de ideias, bens e serviços para criar trocas que satisfaçam objetivos individuais e organizacionais”. (AMA, 2005). Vale salientar que as estratégias de marketing contribuem nas decisões de consumo das famílias e às vezes moldam o comportamento dos consumidores para que estes estejam a serviços das organizacionais, desta forma, através de um conjunto de técnicas gerencias, de pesquisa, de comunicação às empresas ditam quais produtos e serviços devem ser

consumidos. O marketing representa expressiva relevância no estudo do comportamento das unidades familiares.

O consumo faz parte dos elementos inerentes à sobrevivência, não há problema algum em se praticar este ato, entretanto, influenciados pela ótica capitalista, os indivíduos perderam a noção do que é necessário e compram cada vez mais produtos e bens que não necessitam, gastam bem mais recursos que suportam seus orçamentos. É notório que o perfil do consumidor atual está pautado na ostentação, os consumidores adquirem mercadorias, produtos que extrapolam suas possibilidades orçamentárias, cada vez mais pessoas estão contraído dívidas, as quais desencadearão em um processo de endividamento e descontrole financeiro.

O endividamento possibilita o acesso a novos bens e serviços, porém compromete as pessoas ao pagamento de prestações por períodos que podem ser bastante longos e, em consequência, a família passa a depender cada vez mais de um nível de renda regular e crescente, que deve ser garantido para honrar seus compromissos, a fim de realizar os seus desejos de progresso. (ROCHA, 2000, p.89)

Quando o consumidor recorre ao crédito para antecipar a aquisição de bens e serviços automaticamente gera dívidas às quais, passarão a compor a carteira de ativos que serão descontos do orçamento familiar. Caso o compromisso assumido não esteja em consonância com as possibilidades do devedor haverá um desequilíbrio nas finanças, logo, o endividamento somente será uma boa opção se os recursos gerados forem satisfazer uma necessidade e seu pagamento couber no orçamento futuro. Rocha (2000, p.89) acrescenta que “o endividamento, ao comprometer parcela crescente da renda familiar, torna mais rígida sua utilização; isto porque, o serviço da dívida é um compromisso contratual que tem de ser honrado necessariamente sob pena de inadimplência”. Cabe mencionar que “inadimplência é o descumprimento de uma obrigação contratual no todo ou em parte, ou seja, a não satisfação daquilo que foi convencionado, dentro do prazo previsto”. (FULGENCIO, 2007, p.344).

Em termos legais as penalidades aplicadas ao cidadão inadimplente ainda carecem de revisões para que tenham o poder minimizar o número de maus pagadores, em contrapartida as instituições financeiras em parceiras com órgãos de proteção ao crédito possuem mecanismos que restringe o acesso a empréstimos e insere o nome do devedor em listas de consumidores com pendências financeiras. Porém a inadimplência provoca perdas que ultrapassam o campo da economia, o cidadão inadimplente fica vulnerável a situação de desequilíbrios psicológicos e também familiares, dentre outros consequências negativas.

## 5. METODOLOGIA

A percepção do problema investigado é decorrente do convívio com professores; mais especificamente do cotidiano da dinâmica escolar, quando os docentes se reúnem, quer seja no intervalo entre aulas ou em reuniões e a temática é abordada. A pesquisa pode ser classificada como exploratória e descritiva. Exploratória porque buscou aprofundar a problemática do endividamento e do comportamento financeiro dos professores. Descritiva porque caracteriza o perfil financeiro de determinada amostra de professores utilizando técnicas e estabelecendo relações com algumas variáveis, dentre elas, o crédito, consumo, renda e o orçamento.

Em seguida iniciou-se uma pesquisa bibliográfica com o objetivo de ampliar o grau de conhecimento sobre o tema abordado, a qual viabilizou a construção do

referencial teórico que fundamentou na sustentação das hipóteses, apresentadas no início do estudo. Também serviu de alicerce para a construção do questionário que em seguida utilizado em uma pesquisa de campo.

O universo estatístico da pesquisa realizada é composto por professores da Rede Municipal de Ensino de Campo Formoso-BA que comporta 618 professores distribuídos nas 218 escolas da rede. Optou-se por uma técnica de amostragem não probabilística com amostras intencionais. A escolha da técnica justifica-se pela dificuldade em localizar uma quantidade significativa dos pesquisados no mesmo horário, pois atuam em turnos, dias, e escalas distintas.

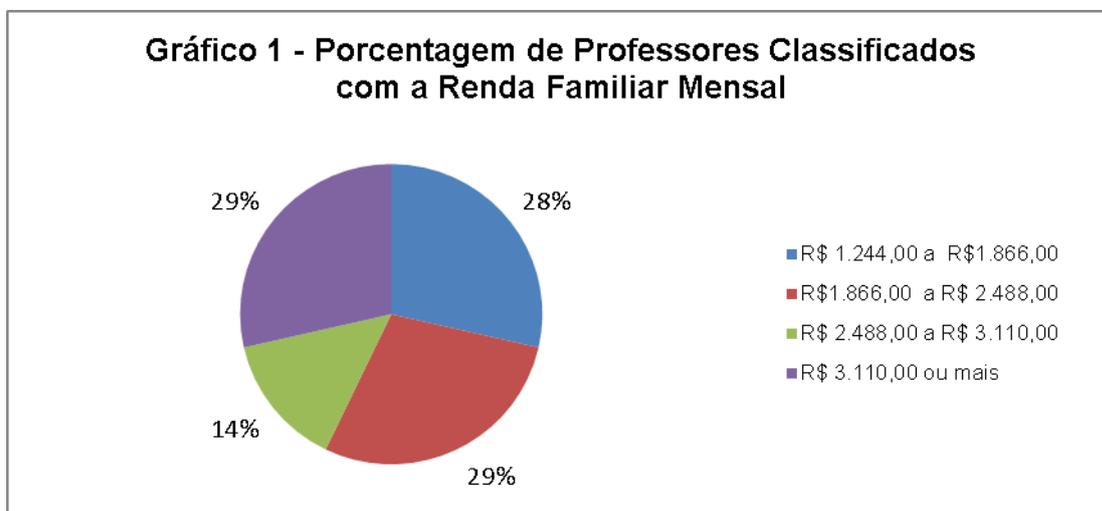
A pesquisa de campo foi realizada na Escola José de Anchieta que está localizada no município de Campo Formoso-Ba, durante as duas últimas semanas do mês de julho do ano 2012, tendo sido disponibilizado o questionário aos professores da instituição, nesse período.

O questionário estruturado com questões específicas para identificar o perfil das finanças pessoais da população pesquisada foi respondido por vinte e cinco professores da Escola José de Anchieta.

Após a etapa de coleta de dados direta e ocasional estes foram submetidos a uma análise que contempla apuração das variáveis qualitativas e quantitativas relacionadas com o tema e o objetivo da pesquisa, conhecer o perfil das finanças pessoais dos docentes.

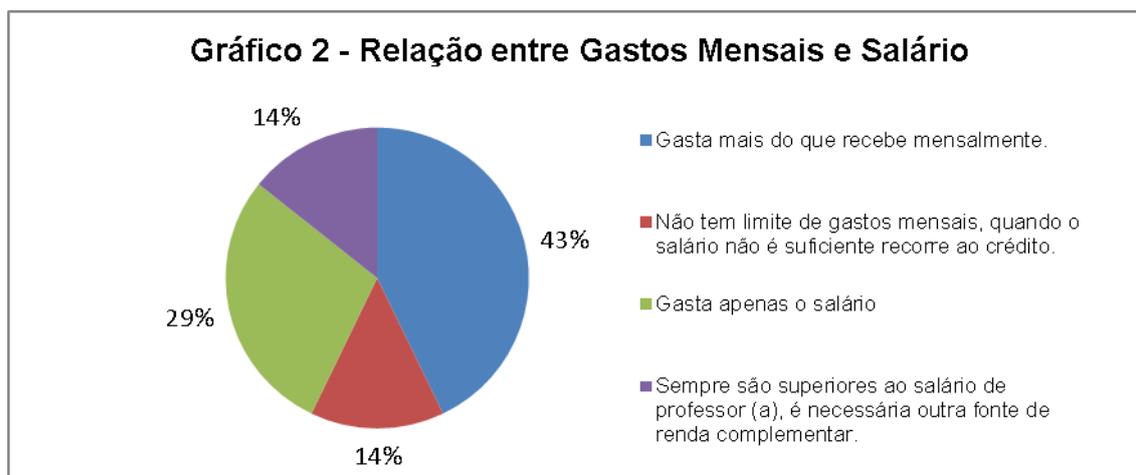
## 6. ANÁLISE DE DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

### 6.1 RENDA E GASTOS DOS PROFESSORES



Fonte: Dados de pesquisa, elaborado pelo autor em 07/2012.

Tomando como valor base o salário mínimo vigente no ano de 2012 de R\$ 622,00 questionamos os entrevistados sobre qual a renda mensal de sua família, constatamos que todos contam com mais de dois salários mínimos mensais para financiar as despesas. O estudo revelou que enquanto 28% dos professores tem renda familiar compreendida entre dois e três salários, 72% possuem receitas acima de três salários, sendo que deste percentual, 29% tem renda familiar compreendida entre três e quatro salários mínimos, 14% a renda varia entre quatro e cinco salários mínimos e 29% recebem mais de cinco salários mínimos.



Fonte: Dados de pesquisa, elaborado pelo autor em 07/2012.

Questionados sobre os gastos mensais 43% dos entrevistados revelaram que gastam mais do que recebem mensalmente, 14% afirmaram não ter limites de gastos e quando o salário não é suficiente recorrem ao crédito, 29% gastam apenas o salário, 14% mencionaram que os gastos sempre são superiores ao salário de professor, sendo necessária outra fonte de renda complementar e nenhum dos entrevistados consegue poupar parte do salário.

Embora no gráfico 1 os dados apresente renda familiar acima do salário médio do brasileiro que é de um mil e duzentos reais, gráfico 2 ilustra que para 71% dos entrevistados o total que representa a renda familiar não é fruto apenas do salário do professor, com isso para conseguir manter o equilíbrio das finanças pessoais os professores contam com recursos gerados em outras atividades e/ou da remuneração de outros membros da família, quando isso não é suficiente recorrem ao crédito. Entre a população pesquisada 29% gasta apenas a remuneração advinda da atividade docente, porém não conseguem poupar parte do salário.

A situação de déficit presente na relação entre ganhos e gastos da maioria dos professores acende um sinal de alerta, pois em curto prazo este saldo negativo pode acarretar em um endividamento crescente, o qual desencadeará em uma situação que extrapola a capacidade de quitação e gestão das dívidas.

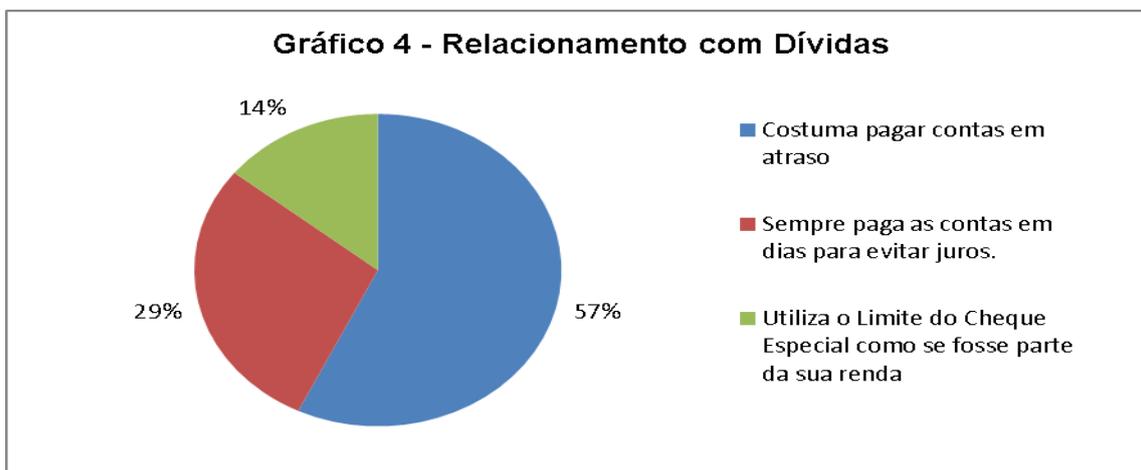
## 6.2 DÍVIDAS



pesquisa, elaborado pelo autor em 07/2012

Fonte: Dados de

Quando questionados sobre a percentual da renda mensal comprometida com dívidas, observou-se que metade dos professores utiliza entre 40% e 50% do salário para quitar cumprir com estas obrigações; entre a outra metade da população pesquisada 17% deve entre um e dois quintos do total recebido mensalmente, outros 16% revelaram que devem menos de um quinto do salário, ainda houve 17% dos entrevistados que revelaram não ter conhecimento o total de suas dívidas. Cabe mencionar que “o percentual de endividamento aceitável é de até 30% da renda” (FARIA, 2011, p.45).

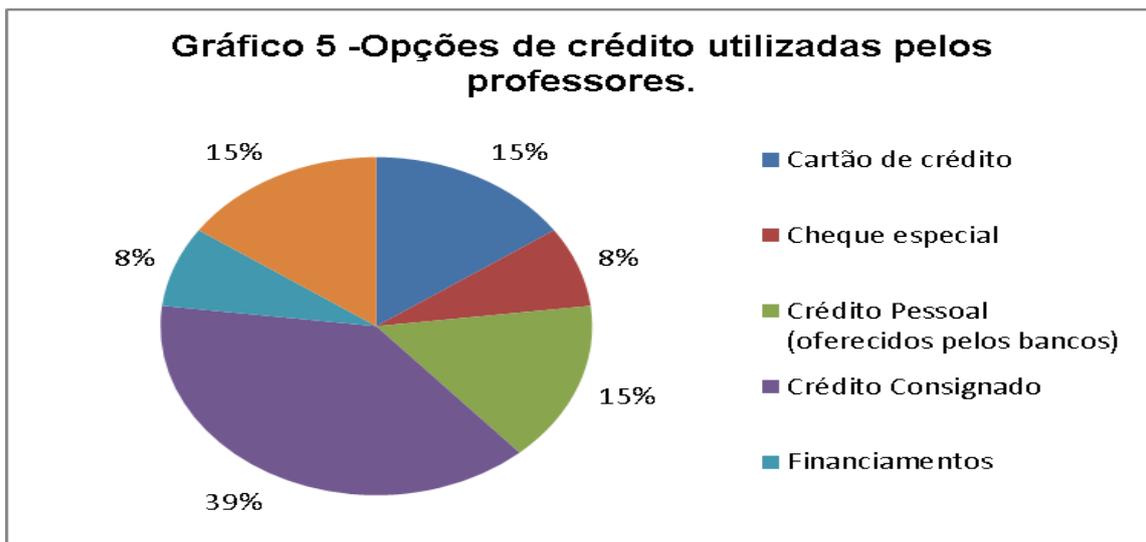


Fonte: Dados de pesquisa, elaborado pelo autor em 07/2012.

No tocante ao relacionamento com as dívidas o gráfico 4 mostra que mais da metade dos professores pagam suas contas em atraso e somando com os 14% que utilizam o limite do Cheque Especial como parte de sua renda tem-se um percentual de 71% de indivíduos com hábitos que convergem para uma situação de inadimplência, em contrapartida 29% dos entrevistados quitam suas obrigações na data certa.

Os dados revelam que a conjuntura financeira do universo estatístico demanda atenção, ao comparar percentual da renda destinada ao pagamento de dívidas como o limite de endividamento observa-se que 67% dos professores ultrapassaram a taxa aceitável, tendendo a uma situação de desequilíbrio e a um grau de endividamento não compatível com as condições e necessidades da família. Outra informação preocupante, extraída do gráfico 3, é o desconhecimento quanto a renda destinada ao pagamento de dívidas, este comportamento conectado aos hábitos apresentados no gráfico 4 apontam que os professores carecem de instrução para gerir melhor suas finanças e saber utilizar de maneira salutar a renda da família.

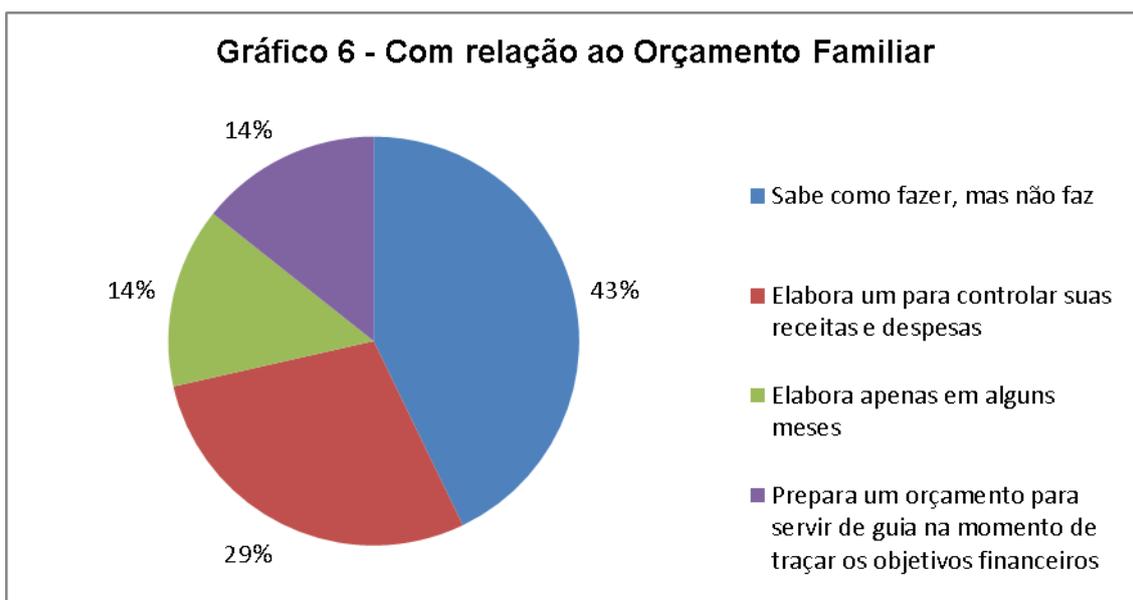
Um dos fatores que incentivam a situação evidenciada na pesquisa é a expansão do crédito, todos os professores questionados afirmaram fazer uso de algum meio creditício, sendo que 50% utilizam apenas uma modalidade e a outra metade tem dívidas distribuídas em três produtos financeiros, destes o mais utilizado é o crédito consignado (39%), seguido por crediário em lojas, cartão de crédito e crédito pessoal, cada qual representando um percentual de 15%, as opções menos utilizadas são os financiamentos (8%) e o cheque especial(8%), conforme indica o gráfico 5.



Fonte: Dados de pesquisa, elaborado pelo autor em 07/2012

### 6.3 ORÇAMENTO FAMILIAR

O orçamento familiar é um instrumento que manifesta a real situação financeira da família, nele estão incluídos dados como despesas e receitas, a análise das informações registradas permitem a família viver dentro de suas reais condições financeiras, podendo traçar metas para o futuro. A elaboração de um orçamento deve contar com a participação de todos os entes da família, não esquecendo que esta tarefa requer, entre outros elementos, iniciativa, motivação e capacidade de realização. O Gráfico a seguir mostra o comportamento dos professores com relação a elaboração do orçamento familiar.



Fonte: Dados de pesquisa, elaborado pelo autor em 07/2012.

Com relação orçamento familiar 43% dos professores não o fazem orçamento familiar, 29% elaboram para controlar as despesas e receitas, 14% afirmaram elaborar

apenas em alguns meses e outros 14% utilizam esta ferramenta como guia no momento de traçar os objetivos financeiros.

A pesquisa revelou que os professores possuem o hábito imediatista de consumir ao serem questionados sobre múltiplos comportamentos eles revelaram embora costumem pesquisar os preços e analisar suas necessidades antes de efetuar uma compra, muitas vezes acabam adquirindo produtos por impulso e levam para casa mercadorias, bens que não serão utilizados, ainda afirmaram que preferem optar pelo pagamento a prazo, excluindo a possibilidade de juntar dinheiro para comprar a vista.

## 7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste estudo objetivou-se identificar o perfil das finanças pessoais dos professores da Rede Municipal de Ensino de Campo Formoso - Bahia. Este trabalho surgiu da percepção de que é necessário implantar no Brasil sistemas de educação financeira que ajudem o cidadão a gerir os proventos e estimulem a prática do consumo consciente. Pensou-se na escola como ambiente ideal para a introdução de uma proposta de educação financeira, ambiente vivenciado por alunos e professores, indivíduos que carecem de instrução quando o assunto é gestão de recursos e a maioria deles não se adaptou a conjuntura econômica incidida no período pós-implantação do plano real.

Desta forma, antes de se pensar na incorporação de um programa de educação no contexto escolar notou-se que a princípio, faz-se necessário conhecer a maneira como os docentes se relacionam com as finanças, para então desenvolver um projeto capaz de aperfeiçoar a formação destes profissionais adicionando aos seus currículos elementos que fundamentem a construção de uma mentalidade financeira saudável e permita que a escola seja um ambiente de discussão dos assuntos que de fato estão presentes no contexto de vida dos alunos.

Cruzando os dados evidenciados nesta pesquisa com informações referentes ao comportamento econômico da população estudada constata-se que a situação vivenciada pelos docentes da Escola José de Anchieta é refletida no contexto financeiro de todo o país. Enquanto dezenas de milhões de famílias sofrem com o endividamento crônico, direitos como a educação para o consumo são negligenciados, contribuindo para a formação de um mercado consumidor vulnerável as pressões do capitalismo.

Diante destas constatações é imperativo promover um ambiente favorável à reeducação dos professores sobre seus hábitos econômicos, bem como viabilizar imediatamente uma proposta de educação financeira a ser iniciada na pré-escola e acompanhe os alunos durante todo o seu processo formativo, contribuindo assim para a promoção do crescimento econômico que além de agregar valor ao PIB, traga justiça e oportunidades iguais para todos.

Como limitações da presente pesquisa, pode-se apontar a escolha de apenas uma escola na Rede Municipal de Campo Formoso, Bahia, fato que impossibilita generalizar as hipóteses encontradas a uma gama maior de escolas e professores. Os resultados apontados, apenas podem ser utilizados para descrever o comportamento financeiro dos docentes da Escola José de Anchieta. Essa limitação pode ser aperfeiçoada em pesquisas posteriores sobre a temática em questão.

## REFERÊNCIAS

AMERICAN MERKETING ASSOCIATION – AMA. Marketing, 2005. Disponível em: <[www.ama.org/](http://www.ama.org/)>. Acesso em: 10 de junho de 2012.

Romilson do Carmo Moreira - Henrique Levi Freitas Sena de Carvalho

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DAS EMPRESAS DE CARTÕES DE CRÉDITO E SERVIÇOS - **ABECS**. Indicadores, 2012. . Disponível em: <<http://www.abecs.org.br/>> Acesso em: 15 de julho de 2012.

AVERBUG, André; GIAMBIAGI, Fabio. A crise brasileira de 1998/1999 - origens e consequências. Rio de Janeiro. BNDES, 2000 Disponível em:

<[http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/export/sites/default/bndes\\_pt/Galerias/Arquivos/conhecimento/Td/Td-77.pdf](http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/export/sites/default/bndes_pt/Galerias/Arquivos/conhecimento/Td/Td-77.pdf)> Acesso em 13 de março de 2012.

Banco Central do Brasil. Evolução Regional do Crédito Consignado. Boletim Regional do Banco Central do Brasil, 2011. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br/pec/boletimregional/port/2011/04/br201104b2p.pdf>> Acesso em: 10 de abril de 2012.

BANCO CENTRAL DO BRASIL Políticas creditícias, monetária e fiscal. Relatório de Inflação, 2005. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br/htms/relinf/port/2005/06/ri200506c3p.pdf>> Acesso em: 10 de abril de 2012.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. Taxas de juros de operações de crédito -Período: de 18/07/2012 a 24/07/2012. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br/fis/taxas/htms/tx012010.asp>>. Acesso em 4 de agosto de 2012

BARONE, Francisco Marcelo; SADER, Emir. Acesso ao crédito no Brasil: evolução e perspectivas. **Revista da Administração Pública** [online]. 2008, vol.42, n.6, p. 1249-1267.

BARROS & FILHO. Economia Brasileira Contemporânea: Contexto, 1999.In: CORSI, Francisco L. O plano real: um balanço crítico (1994-1998). **Cadernos F.F.C.**, Marília, v.8, n. 2, p.13-27, 1999. FIDALGO, Fernando. MACHADO, Lucília.

BRASIL. Lei 4.595/64, de 12 de Dezembro de 1964. Lei da Reforma Bancária.

Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/L4595.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L4595.htm)>. Acesso em: 05 maio 2012.

DOURADO JUNIOR, Dorival. **Mercados: Endividamento e Inadimplência – Mitos e Verdades**. Bela Vista, 2012.

BRESSER PEREIRA. Luiz Carlos. A economia e a política do Plano Real, 1994. Disponível em <[www.rep.org.br/pdf/56-10.pdf](http://www.rep.org.br/pdf/56-10.pdf)> Acesso em 05 de março de 2012

BRUM, Argemiro J. **O desenvolvimento econômico Brasileiro**. 25 ed. Ijuí: Ed. Unijuí, 2008. p.483

CORSI, Francisco L. O plano real: um balanço crítico (1994-1998). **Cadernos F.F.C.**, Marília, v.8, n. 2, p.13-27, 1999.

DUPAS, Gilberto. **Espaços para o Crescimento Sustentado da Economia Brasileira**. São Paulo: Unesp, 2007. p. 144.

Estudos econômicos da OCDE: Brasil 2005 / OCDE. - Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005. P.191

EVERIANO, Maria de Fátima Vieira. **Narcisismo e publicidade**: uma análise psicossocial dos ideais do consumo na contemporaneidade. São Paulo: Annablume, 2001

FARIA. Luiz Henrique Belloni. Economistas preocupados com o nível de endividamento das famílias. Diário do Planalto, Santa Catarina, 13 jan 2011. Entrevista concedida ao Jornal Diário do Planalto. Disponível em <<http://www.adjorisc.com.br/jornais/diariodoplanalto/imprensa/economia/economistas-preocupados-com-o-nivel-de-endividamento-das-familias-1.883554/comentarios-7.1481808>> Acesso em: 10 jun. 2012.

FECOMERCIO. **Simplificando o Brasil**: Uma proposta da Fecomercio para o desenvolvimento sustentado. São Paulo: SENAC, 2006.

FERRARI, Fernando Filho. O Legado do Plano Real: uma estabilização sem crescimento econômico, 2001. p.15 Disponível em: <<http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/25287/000312016.pdf?sequence=1>> .Acesso em: 10 de abril de 2012.

FILGUEIRAS Luiz; GONÇALVES, Reinaldo. **A Economia Política do Governo Lula**. São Paulo, Contraponto, 2007.

FULGENCIO, Paulo Cesar. **Glossário Vade Mecum**: administração pública, ciências contábeis, direito, economia, meio ambiente. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007 p.344.

JUCIUS, Michael J; SCHLENDER, William E. Introdução à administração. In: SILVA, José Pereira. Análise e decisão de crédito. São Paulo: Atlas, 1993. p. 103-122.

LACERDA, Antônio Corrêa de; REGO, José Márcio; SERRA, Rodrigo Antônio Moreno. Economia brasileira... [et al.]; organizadores. 4.ed. — São Paulo. Saraiva, 2010.

LEITÃO, Miriam. **A saga brasileira**: a longa luta de um povo por sua moeda. Rio de Janeiro: Record, 2011.

LEONI, Evandro Geraldo. **Cadastro, crédito e cobrança**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1997.

MAIA, Carlos Donizeti Macedo. **A democratização do crédito no Brasil**: o crédito consignado. Textos para Discussão 22/2005. São Paulo: PUCSP, 2005.

MARX, Karl. **O Capital**. Trad. Regis Barbosa e Flávio Kothe, Abril Cultural, São Paulo, 2002.

\_\_\_\_\_. **Introdução à Crítica da economia Política**. Trad. Edgar Malagodi. In: Marx, coleção Os Pensadores, abril cultural, São Paulo, 1978, p. 103-125.

MATESCO, Virene Roxo. SCHENINI, Paulo Henrique. **Economia Para Não-economistas**. 5ª Ed. Rio de Janeiro: Senac, 2012. p. 80

MOREIRA, Bruno Reinaldo. **Direito Administrativo**. Belo Horizonte, Del Rey, 2005. p.191

NUNES, José Ricardo da Silva. **Cartões de Crédito: Lobos em Pele de Cordeiro**. Rio de Janeiro: E-papers, 2000.

OLIVEIRA, Gesner; TUROLLA, Frederico. Política econômica do segundo governo FHC: mudança em condições adversas. *Tempo soc.* [online]. 2003, vol.15, n.2, pp. 195-217.

PUGA, Fernando Pimentel. Sistema financeiro brasileiro: Reestruturação recente, comparações Internacionais e vulnerabilidade à crise cambial. p.11. Disponível em: <[http://www.bndespar.gov.br/SiteBNDES/export/sites/default/bndes\\_pt/Galerias/Arquivos/conhecimento/Td/Td-68.pdf](http://www.bndespar.gov.br/SiteBNDES/export/sites/default/bndes_pt/Galerias/Arquivos/conhecimento/Td/Td-68.pdf)> Acesso em 13 de março de 2012.

ROCHA, Maria Izabel Baltar. **Trabalho e Gênero: Mudanças, permanências e desafios**. São Paulo: Editora 34, 2000. p. 89

ROCHA, Ricardo Humberto; VERGILI, Rodney. **Como esticar seu dinheiro**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2007.

SANTOS, Milton; Silveira, Maria Laura. **O Brasil: território e sociedade no início do século. XXI**. São Paulo, Editora Record, 2001,

SILVA, José P. **Gestão e análise de risco de crédito**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1998.p.40.